

O Emprego das Forças Armadas Brasileiras no Combate ao Crime Organizado do Rio de Janeiro (2010): Um Câmbio na Política de Segurança Pública Brasileira

Tenente-Coronel Fabiano Lima de Carvalho, Exército Brasileiro

O BRASIL, AO LONGO das últimas décadas, conseguiu se consolidar como potência regional sul-americana e se apresentar ao mundo como uma das potências emergentes. Esse fato se torna ainda mais claro quando, ao comparar os dez maiores países do planeta em território, população e PIB, percebe-se que somente Estados Unidos, China, Rússia e Brasil figuram em todos os *rankings* simultaneamente.

Nesse cenário, a *Estratégia Nacional de Defesa* aprovada em 18/12/2008 já citava que “O Brasil desfruta, a partir de sua estabilidade política e econômica, uma posição de destaque no contexto internacional, o que exige nova postura no campo da Defesa, a ser consolidada através do envolvimento do povo brasileiro”¹.

Entretanto, o desenvolvimento econômico do país ainda não foi suficiente para vencer o que talvez seja o maior desafio da sociedade brasileira: a desigualdade social². No campo social, o Brasil possui tanto regiões com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) comparáveis a nações como Noruega e Austrália quanto áreas com graves carências.

Essas carências propiciam o surgimento de áreas de instabilidade, que acarretam um elevado

crescimento dos índices de violência, particularmente nos ambientes urbanos em que os dois “Brasis” convivem lado a lado. Esse aspecto tem vital importância quando se sabe que o país possui quinze cidades com mais de um milhão de habitantes³:

1. São Paulo (11.253.503 habitantes);
2. Rio de Janeiro (6.320.446 habitantes);
3. Salvador (2.675.656 habitantes);
4. Brasília (2.570.160 habitantes);
5. Fortaleza (2.452.185 habitantes);
6. Belo Horizonte (2.375.151 habitantes);
7. Manaus (1.802.014 habitantes);
8. Curitiba (1.751.907 habitantes);
9. Recife (1.537.704 habitantes);
10. Porto Alegre (1.409.351 habitantes);
11. Belém (1.393.399 habitantes);
12. Goiânia (1.302.001 habitantes);
13. Guarulhos (1.221.979 habitantes);
14. Campinas (1.080.113 habitantes);
15. São Luís (1.014.837 habitantes).

O resultado da pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública”⁴, realizada em Outubro/2011 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), destaca

O Tenente-Coronel Fabiano Lima de Carvalho é, atualmente, professor do Departamento de Estratégia e Relações Internacionais da Escola Superior das Forças Armadas do Reino da Espanha. Possui os cursos de Estado-Maior do Brasil e da Espanha e o Mestrado em Segurança e Defesa da Universidad Rey Juan Carlos, de Madrid. Exerceu diversas

funções de Estado-Maior no Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista brasileira e integrou a 1ª Força de Pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha no Rio de Janeiro, desempenhando a função de Porta-voz da Operação “Arcanjo”, de novembro de 2010 a fevereiro de 2011.

a preocupação geral em relação ao tema. Na pesquisa, os entrevistados deveriam escolher os dois principais problemas do país a partir de uma lista de 23 problemas e a **saúde** obteve o primeiro lugar, tendo sido apontada por 52% da população, seguida por **segurança pública**, com 33% das respostas, e a questão das **drogas**, opção de 29% dos entrevistados.

Deve-se destacar que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, realizou, em 2011, a 2ª edição do Sistema de Indicadores da Percepção Social (SIPS)⁵ e obteve dois dados importantes: 54,2% dos entrevistados afirmaram temer os efeitos da criminalidade em suas vidas, sendo vista como a ameaça mais importante pela sociedade brasileira; e a principal função das Forças Armadas, segundo os entrevistados, deveria ser o **combate à criminalidade em conjunto com as polícias** (citada em 58,1% das respostas), seguida de perto pela função tradicional, ou seja, **defender o país em caso de guerra**, que foi escolhida por 55,4% dos entrevistados.

É claro que este último dado deve ser analisado levando em consideração que a sociedade brasileira não é testemunha de uma guerra em seu território desde o século XIX e que a criminalidade é uma ameaça presente no seu cotidiano, ainda mais com sua exploração maciça nos principais meios de comunicação nacionais.

Assim, depois dessa ressalva, passa-se à análise dos eventos ocorridos no final de 2010 na cidade do Rio de Janeiro (RJ), que será palco, nos próximos anos, dos dois eventos desportivos mais importantes do planeta: a final da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016.

Na época, quadrilhas de criminosos afrontaram o Estado ao incendiarem ônibus como represália à nova estratégia da polícia estadual, de instalar unidades policiais especificamente criadas para atuar em comunidades carentes. Tais eventos ocorriam em uma região conhecida como os Complexos do Alemão e da Penha, conjunto de favelas que está localizado na zona norte da cidade

do Rio de Janeiro, e que era considerada um ponto inexpugnável pelos criminosos⁶.

...foi tomada uma decisão que marcou um câmbio importante na execução da Política de Segurança Pública Brasileira: o emprego das Forças Armadas para combater o crime organizado.

Diante da gravidade da situação, foi tomada uma decisão que marcou um câmbio importante na execução da Política de Segurança Pública Brasileira: o emprego das Forças Armadas para combater o crime organizado.

Este artigo é uma análise dessa operação, enfatizando, além dos aspectos militares, os acordos jurídicos que permitiram o emprego de forças federais em um Estado do Brasil em perfeita normalidade institucional.

A Política de Segurança Pública do Brasil

O Brasil é, de acordo com o artigo primeiro da Constituição de 1988, uma República Federal “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal”⁷.

A Carta Magna dispõe também, em seu artigo 144, que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares”⁸.

Entretanto, o artigo 142 do mesmo estatuto prevê que “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”⁹

Assim, em resumo, o Brasil é uma República Federativa na qual a segurança pública é responsabilidade direta das polícias federais e estaduais, mas que admite, em situações excepcionais, o emprego das Forças Armadas para garantir a lei e a ordem.

Aqui, cabe ressaltar que a Constituição de 1988 nasceu depois de mais de 20 anos de governo militar e, obviamente, esse fato influenciou os legisladores quando trataram da Segurança Pública.

Em paralelo à situação política, ocorria uma evolução importante quanto ao tipo de crimes cometidos no Brasil, particularmente com o surgimento do crime organizado.

Alba Zaluar¹⁰ defende que, justamente com a abertura do regime, teve início um crescimento surpreendente dos crimes violentos, principalmente de sequestros, roubos e homicídios que utilizam armas de fogo. Tais crimes cresceram mais rapidamente nas capitais e nas regiões metropolitanas de certos Estados brasileiros, como Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. A autora destaca que, nos Estados Unidos, esse fenômeno havia começado durante os anos 60, quinze anos antes.

A professora relata, também, que um estudo das investigações policiais e dos processos penais em 1991 no Estado do Rio de Janeiro mostrou que 57% dos homicídios cometidos estavam relacionados com o tráfico de drogas, o que, segundo Alba, pode sugerir que o aumento dos índices de homicídio esteja relacionado com a maior entrada de armas de fogo e drogas no país, pois os dois fenômenos aumentaram simultaneamente nos últimos anos da década de 1970.

Destaca, também, que esse crescimento rápido de homicídios afetou, particularmente, os homens jovens entre 15 e 29 anos de idade, configurando um modelo semelhante ao encontrado nos conflitos pela divisão e defesa dos territórios e dos lucros de traficantes e ladrões armados ocorridos durante a competição violenta entre as quadrilhas nos guetos de Los Angeles, Chicago e Nova York no início do século XX e nos anos 60, 70 e 80, durante as epidemias de heroína, cocaína e crack.

Cesar Caldeira¹¹ reforça que, na segunda metade da década de 1980, o tráfico de drogas e os conflitos nas favelas do Rio de Janeiro dominaram as notícias na imprensa. Em 1987, na cidade do Rio de Janeiro, existiam 66 locais de distribuição de maconha e cocaína, e seu consumo havia aumentado muito entre as classes média e alta da cidade. O fornecimento da demanda estava controlado por cerca de 120 traficantes, com uma rede de distribuição ampla que gerava um lucro estimado em 10 milhões de dólares mensais. O professor destaca a crescente utilização de metralhadoras e fuzis de grande potência por parte dos traficantes e que o tráfico empregava, naquele momento, cerca de 30 mil pessoas que dispunham, inclusive, de frotas de táxis para fazer entregas a domicílio em qualquer parte da cidade.

Antônio Rangel Bandeira¹² vai ainda mais longe e afirma que até o final dos anos 70, o crime organizado no Brasil se concentrava na exploração do “Jogo do Bicho”, uma espécie de loteria popular considerada mera contravenção e, portanto, tolerada pelo Estado (eventualmente era reprimida por vontade política). Naquela época, parte do território nacional estava dividida entre as organizações que exploravam dita loteria por meio de acordos que, quando se rompiam, geravam um conflito com reduzido número de mortes. Ao final dos anos 70, os índices de mortes por arma de fogo no Brasil se situavam dentro de níveis “normais” para a América Latina de então: seis mortes por 100 mil habitantes em 1979. A partir de 1982, teve começo a escalada da violência que chegaria a 22,2 mortes por 100 mil habitantes em 2003.

A nova variável, segundo Rangel, foi a chegada ao Brasil do narcotráfico de cocaína, proveniente da Colômbia e, posteriormente, também da Bolívia e do Peru. O país ingressou no tráfico internacional de drogas, primeiro com um papel de corredor de exportação para Europa e Estados Unidos para, a seguir, desenvolver um próspero mercado interno consumidor, além de fabricar os produtos químicos para a obtenção da pasta de cocaína pelos países vizinhos. Com a droga chegaram as armas, tanto para proteger a atividade quanto para servir aos diferentes bandos na disputa por território e influência.

O sociólogo afirma que as armas e munições passaram a chegar por contrabando desde o exterior (geralmente pelos mesmos itinerários das drogas) ou desviadas do mercado legal ao ilegal dentro do próprio país, sexto exportador de armas portáteis do mundo. A maconha passou a ser plantada no Brasil, no denominado “Polígono da Maconha”, no Estado de Pernambuco, não por coincidência um dos mais violentos do país.

No Rio de Janeiro, predomina a organização criminosa “Comando Vermelho” (CV), surgida durante o regime militar e beneficiada pelo fato de que alguns de seus líderes, quando detidos, estiveram em contato com presos políticos de quem aprenderam a se organizar.

Rangel afirma que o controle das quadrilhas é exercido pelo terror e que as organizações estão voltadas exclusivamente para o negócio de drogas e de armas (assaltos ou crimes correlacionados são eventuais). As facções vivem, escondem-se e operam basicamente nas favelas, localizadas normalmente nas zonas montanhosas, inclusive de bairros ricos, e de difícil acesso. Segundo o sociólogo, o diretor da Academia de Polícia de Washington (Estados Unidos da América), ao visitar a favela do Cantagalo, em Ipanema, disse-lhe que apenas havia visto “geografia e urbanização tão desfavorável ao trabalho da polícia nos bairros argelinos, nos quais nem o Exército colonial francês se atrevia a entrar. Aqui, só é possível trabalhar com apoio da população, através de uma polícia comunitária”¹³.

O controle dessas favelas é disputado em conflitos sangrentos, com muitas mortes de bandidos e inocentes, e envolvendo armamento de guerra, como metralhadoras e granadas. Nesse cenário, tampouco a prisão (ou morte) de seus principais líderes tinha consequências para o caminho para a paz, pois levava jovens aos comandos das facções que, com sua inexperiência, imaturidade, ousadia e dependência de drogas, contribuía para tornar a criminalidade cada vez mais errática e cruel.

Rangel continua afirmando que a principal característica do crime organizado no Rio de Janeiro é o sentimento “tribal” que une os membros de uma determinada facção e transforma

as demais em inimigas mortais, afetando toda a comunidade sob seu domínio. Como cada facção adota uma cor, como se fosse um time de futebol, houve casos de moradores que foram assassinados por estarem usando roupa com a cor da organização rival.

Outro ponto destacado pelo sociólogo é a corrupção da polícia, em particular a civil e a militar do Estado de Rio de Janeiro, existindo setores nessas polícias que participariam dos lucros obtidos pelo crime e apoiariam a um ou outro bando, dependendo dos benefícios negociados.

A criação das já citadas Unidades de Polícia Pacificadora, que serão tratadas mais em detalhe *a posteriori*, está relacionada à solução desse problema por parte do Estado.

Emprego das Forças Armadas depois da Constituição de 1988

Baseado no já citado artigo 142 da Constituição, as Forças Armadas brasileiras foram utilizadas diversas vezes ao longo dos últimos 25 anos, desde seu primeiro emprego no Rio de Janeiro durante a ECO-92, Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, na qual diversos pontos estratégicos da cidade foram ocupados por tropas do Exército e da Marinha para garantir a segurança dos Chefes de Estado presentes.

A esse tipo de operação, que se repetiu em outros eventos similares, foram se somando outros, como o emprego para garantir a segurança nos casos de greve ilegal de algumas polícias ou durante a execução de eleições em determinadas regiões.

Entretanto, durante todas essas operações pontuais, o emprego das Forças Armadas se dava somente baseado no artigo constitucional, sem que fossem assinados acordos jurídicos específicos entre as esferas federal e estadual para legitimar o emprego efetivo da Força, o que gerou alguns problemas legais quando houve eventuais enfrentamentos entre soldados e criminosos.

A própria Estratégia de Defesa Nacional assinala que:

O País cuida para evitar que as Forças Armadas desempenhem papel de polícia. Efetuar operações internas em garantia da lei

e da ordem, quando os poderes constituídos não conseguem garantir a paz pública e um dos Chefes dos três Poderes o requer, faz parte das responsabilidades constitucionais das Forças Armadas. A legitimação de tais responsabilidades pressupõe, entretanto, legislação que ordene e respalde as condições específicas e os procedimentos federativos que deem ensejo a tais operações, com resguardo de seus integrantes¹⁴.

A revista “Em discussão!” publicada pelo Senado Brasileiro em março de 2012 teve a Defesa Nacional como tema central e, de certo modo, agrupa as conclusões obtidas depois das cinco audiências públicas da “Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado”, realizadas em 2011.

Assim, ao analisar a situação da Segurança Pública, ficou clara a tendência de que, em quase todos os Estados com problemas de segurança pública, a população vê as Forças Armadas como um último recurso, uma reserva de integridade e força que teria a capacidade de resolver um problema para o qual autoridades políticas, policiais, juízes e a própria sociedade não conseguem encontrar uma solução.

Por outro lado, cientistas políticos como o diplomata João Paulo Soares Alsina Junior¹⁵ ressaltam que “Sem direção política clara, sem definições precisas sobre suas atribuições, sem meios mínimos para garantir a soberania da nação, as Forças Armadas (em especial, o Exército) são cada vez mais empurradas para as tarefas de garantia da lei e da ordem”¹⁶.

Para Alsina, a grande maioria da população não sabe como está organizado o sistema de segurança pública e, conseqüentemente, não tem a menor ideia de quem é o culpado pela situação de insegurança que vive. Segundo o diplomata, a sociedade não compreende a divisão de responsabilidades do Executivo das três esferas (Federal, Estadual e Municipal), das diversas polícias, do sistema carcerário, do Judiciário e do Legislativo.

“É preciso, portanto, que se alertem os formadores de opinião sobre o extremo perigo que o Brasil corre ao optar na prática — ainda que não na teoria — pela utilização das Forças

Armadas no campo da segurança pública. Exemplos abundam sobre a inconveniência e a ineficiência do emprego dos militares em tarefas policiais”, adverte Alsina¹⁷.

Já o General Luiz Eduardo Rocha Paiva¹⁸, em sua exposição aos senadores, disse ser favorável ao emprego das Forças Armadas na segurança pública, desde que seja imprescindível e por tempo limitado, pois “há o momento necessário. Naquele momento de 2010, quando elas entraram no Morro do Alemão, o Estado tinha perdido o controle da situação”¹⁹.

Esse momento específico merece um tratamento especial e, por isso, passará a ser tratado em detalhes a seguir.

O Emprego das Forças Armadas nos Complexos do Alemão e da Penha

A cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos anos 70, viu surgir uma organização criminosa que deu origem ao já mencionado “Comando Vermelho”. Durante os anos 80, essa organização havia ampliado suas operações em diversos centros penitenciários localizados na cidade e, até esse momento, o sequestro e o roubo de bancos e de joalherias eram suas principais fontes de recursos. Ao longo da década de 1980, a venda de drogas passou a ser a principal atividade criminosa do CV.

Nessa década, os diversos governos do Estado do Rio de Janeiro que se alternavam no poder não davam continuidade à política implantada por seu antecessor, o que gerou a ausência de uma política de segurança pública eficaz. A ideia de que “a polícia não atua nas comunidades carentes” era defendida pelos governos de momento, permitindo que a área fosse dominada pelos criminosos. Nos anos 90, houve diversos conflitos violentos entre delinquentes para assumir o controle da região e o narcotráfico foi instituído como uma prática comum do crime organizado.

A região conhecida como os Complexos do Alemão e da Penha permaneceu muito tempo sob o jugo da delinquência, que aumentava sistematicamente sua influência sobre a população local. Os bailes populares patrocinados por traficantes

serviam para fazer apologia ao crime e incrementar sua rede de simpatizantes e colaboradores.

A área dos dois complexos possui aproximadamente 16 km² e compreende uma região de aglomeração urbana vertical com 400 mil habitantes. O espaço se caracteriza por uma deficiente rede de vias de acesso, além de construções populares distribuídas de maneira irregular pelo terreno.

A exposição prolongada ao poder do narcotráfico fez com que uma porção significativa da população local tenha adaptado seu estilo de vida à violência rotineira e aos tiroteios. O morador local é, além disso, cético com respeito às ações do Estado.

O antigo poder que ostentava o narcotráfico, presente nas comunidades todos os dias, serviu durante anos como uma fonte de atração para uma parte significativa da população, em particular para os mais jovens.

Nas últimas duas décadas, o poder de fogo dos criminosos havia aumentado significativamente com o emprego generalizado de fuzis de assalto automáticos. Além disso, passaram a utilizar comboios de carros e motocicletas com delinquentes fortemente armados, chamados “bondes”, em determinadas zonas da cidade para executar ataques e emboscadas nas ruas e avenidas.

Desde 2008, o Programa de Gestão da Segurança Pública aprovado pelo atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Cabral Filho, iniciou um projeto para instalar unidades específicas de Polícia denominadas como “Unidades de Polícia Pacificadora” (UPP), dentro das comunidades pobres, seguindo o exemplo vitorioso que foi utilizado pelo Exército Brasileiro (EB) na pacificação dos territórios, então dominados por bandos de delinquentes, nos bairros pobres do Haiti.

A instalação das UPP, formadas somente por novos profissionais para diminuir os vícios de antigos policiais, em particular a “praga” da corrupção que contaminava grande parte da polícia estadual “carioca”, obteve, pela primeira vez em décadas, resultados positivos imediatos na redução das taxas de criminalidade ao redor dos locais de sua atuação, acarretando sua expansão a outras comunidades da cidade.

No final de 2009, a maioria destas UPP tinha sido instalada nas comunidades dominadas pelo CV, e os Complexos do Alemão e da Penha haviam se convertido em um refúgio seguro para os traficantes destas e de outras comunidades. No início de novembro de 2010, líderes das duas principais organizações criminosas (o CV e os “Amigos dos Amigos” — ADA) se uniram em protesto à ocupação sucessiva das favelas do Rio pela polícia e a posterior instalação de UPPs.

Os líderes ordenaram que fossem executadas ações rápidas, como nas guerrilhas, para difundir o medo na população e desmoralizar as forças de segurança pública, com o objetivo de abrir caminho para um eventual acordo com o Governo do Estado. Assim, desde as primeiras horas do sábado (20/11/2010) até o domingo (21/11), vários bairros da cidade foram testemunhas da ação dos criminosos que incendiaram ônibus e carros, além de atacarem delegacias e postos de polícia.

Entretanto, a série de ataques dos delinquentes, ainda que tenha criado atmosfera de terror nos habitantes da cidade, serviu de estopim para que o governo estadual buscasse o apoio do governo federal e, em vez de se tornar refém, tomasse a iniciativa das ações.

A operação que se seguiu pode ser dividida em duas fases distintas:

1ª fase – o cerco do Complexo do Alemão

A ação escolhida pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro constava inicialmente da invasão da região conhecida como Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, buscando assumir o controle daquela zona de vital importância para as forças de segurança pública.

Em 25/11/2010, em resposta à solicitação enviada pelo Governador do Estado, o Presidente da República determinou que as Forças Armadas fossem empregadas para garantir a ordem pública na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse momento, a Secretaria de Segurança Pública estadual passou a coordenar o emprego da Polícia Militar, em particular do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da Polícia Civil, de membros da Polícia Federal (PF) e dos recursos logísticos do Ministério da Defesa (Marinha do

Brasil — MB) solicitados ao Governo Federal. Veículos da MB (blindados sobre lagartas e sobre rodas, além de blindados anfíbios e alguns caminhões e veículos leves) e 127 fuzileiros navais foram empregados na operação.

A ocupação da comunidade do Complexo do Alemão, outro dos objetivos do Governo do Estado, estava originalmente programada para ser executada em outra ocasião, devido à necessidade de mais tempo para planejamento e meios complementares.

Entretanto, como resultado dessa primeira operação ocorreu uma das cenas icônicas do conflito e que alterou completamente a situação: centenas de traficantes fugindo da Vila Cruzeiro em direção ao Complexo do Alemão foram filmados a partir de helicópteros que sobrevoavam a Serra da Misericórdia, e a fuga foi transmitida, ao vivo, por meios de comunicação nacionais e internacionais.

Em consequência, o Governador de novo entrou em contato com o Presidente da República e, na mesma noite, o Ministro da Defesa firmou a Diretriz Ministerial nº 14/2010, que determinava

indicando a possibilidade de emprego de suas tropas. Imediatamente foi ativada uma Força-Tarefa (FT), que entrou em estado de alerta. Pouco depois houve um segundo contato para informar que o Gen Sardenberg deveria participar de uma reunião no Quartel-General do CML às 23 horas desse mesmo dia.

Dessa reunião também participaram o Comandante do CML, General de Exército Adriano Pereira Júnior, o Secretário de Segurança Pública do RJ, Sr. José Mariano Beltrame, e o Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel PM Mario Sérgio. Ali foi definida a missão inicial da Brigada Paraquedista: deveria empregar 800 soldados para bloquear os acessos no perímetro do Complexo do Alemão, com o objetivo de permitir que as forças policiais ocupassem a área, depois de um ultimato de 48 horas (até as 24 horas de sábado) aos criminosos motivando-lhes a se entregar.

Às 2h30 da madrugada de 26/11, o Gen Sardenberg regressou à Vila Militar e determinou que a FT estivesse pronta para seu desdobramento. Às 11 horas desse dia, o Gen Adriano determinou



Fonte: arquivo pessoal

Bloqueio — Rua Paranhos em 28/11/2010.



Fonte: Jackson Marques / Agência Estado

Faixa em uma janela da região em 29/11/2010.

que as Forças Armadas apoiassem o Governo do Estado do RJ.

Assim, ainda durante a tarde de 25/11 (5ª feira), o Chefe de Estado-Maior do Comando Militar do Leste (CML) entrou em contato por telefone com o Comandante da Brigada Paraquedista, General de Brigada Fernando Sardenberg,

o emprego imediato da tropa e, em consequência, o deslocamento até a área de operações começou por volta das 12 horas. Uma hora depois, o Comando da Brigada e a Força-Tarefa chegavam à zona de operações sob o fogo dos criminosos. Ao longo das primeiras 18 horas, foram efetuadas 15 detenções de suspeitos.



Fonte: arquivo pessoal

Comandante da Brigada Paraquedista, Gen Sardenberg, expondo o planejamento da 2ª Fase — 23/12/12; 1º plano: Sr. Nelson Jobim, Ministro da Defesa (centro), e Sr. Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro (à esquerda).

Durante todo o dia, a tropa recebeu disparos produzidos desde posições ocupadas por narcotraficantes e, especialmente durante a primeira madrugada de ocupação, houve uma confrontação na qual dois delinquentes foram feridos (um morreu poucas horas depois do ocorrido).

Expirado o prazo do ultimato, as forças policiais começaram a ocupação do Complexo do Alemão no domingo, 28/11, a partir das 8 horas da manhã, com uma cobertura ao vivo e durante todo o dia por diversos canais de TV.

No final do dia, no 16º Batalhão de Polícia Militar, ocorreu uma entrevista coletiva para apresentar os resultados da operação: mais de 40 toneladas de maconha, 200 kg de cocaína, 34 fuzis automáticos de assalto e 100 pistolas apreendidos e mais de 30 suspeitos detidos²⁰.

A frase do Prefeito da cidade, Sr. Eduardo Paes, também mostra a importância do feito: “Estou muito orgulhoso, como prefeito e carioca, por esse momento histórico, que significa a libertação de milhares de pessoas de bem que eram reféns de criminosos covardes. Significa a

refundação de partes da cidade, com a presença do Estado em territórios onde, durante anos, se fez presente um poder paralelo”²¹.

Para aqueles que estavam empregados parecia que a operação havia terminado, mas em 01/12/2010 o Governador do Rio de Janeiro solicitou ao Ministro da Defesa, por meio do ofício GG 390/2010, a continuação do processo de pacificação utilizando temporariamente militares das Forças Armadas para a conservação da ordem pública nas comunidades dos Complexos da Penha e do Alemão no menor tempo possível, até, no máximo, 31/10/11.

Como resultado, o Presidente da República, depois de analisar a Exposição de Motivos Interministerial no 00460/MD/GSI, autorizou em 02/12 a continuação do emprego das tropas desdobradas. Assim, em 04/12, o Ministro da Defesa assinou a Diretriz Ministerial no 15/2010. Esse ato formal foi materializado com a assinatura do Acordo para o Emprego da Força no Estabelecimento da Paz na Cidade celebrado entre o Governo Federal, por meio



Fonte: arquivo pessoal

Grafite no alto da “Vila Cruzeiro” — antes.



Fonte: arquivo pessoal

Grafite no alto da “Vila Cruzeiro” — depois.

do Ministério da Defesa, e o Estado do Rio de Janeiro, em uma cerimônia realizada em um centro desportivo localizado na Rua Canitar (Complexo do Alemão), na manhã do dia 23 de dezembro de 2010.

O Acordo citado no parágrafo anterior estabelecia as condições para a aplicação das ações determinando que a tropa empregada, a partir de agora denominada “Força de Pacificação” (F Pac), teria a seguinte organização:

- 1) Comando: 1 Oficial-General do Exército (com seu Estado-Maior);
- 2) Tropas das Forças Armadas: 2 Forças-Tarefa, valor Batalhão;
- 3) Polícia Militar: 1 Comando e 3 Batalhões de PM;
- 4) Polícia Civil: 1 Delegacia de Polícia Civil.

O documento também especificava que a Força de Pacificação estaria subordinada diretamente ao CML, que determinou que fosse a Brigada Paraquedista a primeira a constituir a F Pac, que foi assim composta: 1.650 militares do Exército Brasileiro, 240 policiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro e 30 policiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

2ª fase – a ocupação dos Complexos do Alemão e da Penha

A Brigada Paraquedista planejou a operação organizando-se como Força de Pacificação com Forças-Tarefa baseadas em seus batalhões orgânicos (duas FT em 1º escalão e uma terceira em reserva). Durante esta fase de planejamento,

as três FT continuaram se revezando na manutenção da linha de bloqueio.

O Gen Sardenberg, depois de receber informações dos outros órgãos de segurança pública envolvidos, designou o dia 19/12 para o começo da transição para a 2ª fase da operação, com a ocupação de uma linha de isolamento por uma das FT visando a permitir que as outras duas FT se preparassem para a ocupação efetiva da Zona de Ação. O dia 22/12 marcou o início da ocupação da área.

Dois dias depois, na madrugada de Natal, houve numerosos eventos isolados na região, como agressões verbais e um grande número de pessoas alcoolizadas nas ruas, gerando inclusive a detenção de 28 pessoas. Para diminuir a possibilidade de que ocorressem fatos similares, foi realizada uma mudança no planejamento do emprego das tropas nas madrugadas e nos finais de semana, buscando atender ao máximo o princípio da massa e prevendo a participação do maior número possível de militares nos pontos estratégicos e de grande visibilidade, além da realização de grande quantidade de patrulhas a pé, em veículos e em blindados, reforçados pela utilização de cães da Polícia do Exército.

Além disso, desenvolveram-se trabalhos orientados às crianças com a execução de diversas atividades, inclusive repintura de desenhos que faziam apologia ao crime, como o grafite apresentado acima, no qual era enaltecida uma lamentável derrubada de um helicóptero da polícia por delinquentes.

Nesse contexto, foram planejadas e executadas 48 ações cívico-sociais para as comunidades locais, visando a aproximá-las da tropa e a reconquistar sua confiança depois de mais de uma década sob o jugo de criminosos.

As atividades realizadas em 20/01/2011, Dia do Patrono da Cidade de Rio de Janeiro, foram particularmente emblemáticas, pois os dois grandes eventos organizados em cada um dos complexos permitiram que a sociedade local participasse de atividades de lazer ainda desconhecidas por parte da população, tais como: apresentação das Bandas de Música da Brigada de Infantaria Paraquedista e da Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro, exposição de veículos militares, salto de Paraquedistas, “fast rope” de helicópteros militares e diversas atividades infantis: fotografia de crianças com “camuflagem” de Paraquedistas, passeios em carro militar elétrico e um espetáculo reduzido do circo do ator Marcos Frota²² (que esteve presente no local).

Aqui cabe destacar que, dias depois, foram disponibilizados mais de 20 ônibus (cedidos gratuitamente pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro) para transportar as famílias interessadas em assistir ao espetáculo completo do já citado circo. Esses *shows* foram executados exclusivamente para as comunidades dos complexos em quatro oportunidades e atingiram mais de mil pessoas. Tais atividades ocorreram na Quinta da Boa Vista, região de lazer distante das comunidades, e o próprio deslocamento em contato com o pessoal militar (que distribuiu lanches para as crianças ao longo do caminho) ajudou a fortalecer o vínculo entre a população e a Força de Pacificação.

Outro ponto importante para aproximar e informar a população foi a utilização das redes sociais da internet. Em 26/11/2010, visando a difundir a atuação da Brigada de Infantaria Paraquedista na operação, foi criado um perfil oficial no *Facebook* para as atividades



Fonte: arquivo pessoal

Flagrantes das atividades cívico-sociais desenvolvidas em 20 Jan 11.

pudessem ser postadas em tempo quase real e a partir da própria Zona de Ação.

O perfil obteve mais de 79 mil acessos em menos de três meses de existência! Esse sucesso levou à criação de um perfil oficial também no *Twitter*.

O emprego adequado das ferramentas da internet foi um grande facilitador na tarefa de manter a população informada acerca dos acontecimentos na área de operações. A criação dos perfis nas redes sociais permitiu, inclusive, acompanhar a reação dos usuários, por meio de seus depoimentos que, inclusive, passaram a ser utilizados em produtos de operações psicológicas visando a manter o moral do público interno elevado.

O emprego adequado das ferramentas da internet foi um grande facilitador na tarefa de manter a população informada acerca dos acontecimentos na área de operações.

Soma-se a isso que o controle total da região, exercido pelas tropas durante as 24 horas do dia, trazendo a legalidade para a área, incrementou, ainda mais, o nível de confiança dos moradores na ação do Exército, aumentando a interação e a cooperação da população local com os militares. Em consequência, o câmbio de mentalidade e as melhorias da qualidade de vida local ocorreram em curto prazo e de maneira radical.

Em 20/02/2011, a Brigada Paraquedista foi substituída pela 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, marcando o fim de sua participação nesse momento histórico.

Mais que as cifras das apreensões de material, do número de suspeitos detidos ou da grande diminuição apresentada nos índices de criminalidade de toda a cidade, as palavras da Sra. Rita Serpa²³, Diretora da Sociedade Cultural Projeto LUAR, que funciona há anos no Complexo da Penha, definem, em resumo, o êxito da operação:

Não tenho palavras, pois a vida naquela região renasceu, nossas crianças não dançam

mais ao som dos tiros, podem ouvir Bach, Ernesto Nazareth, Vila Lobos. [...] Podemos dar aula no Verão com as janelas abertas. [...] Somente quem sofreu ali no dia a dia sabe o bem que vocês estão fazendo naquela região. Com a presença e o bom exemplo da disciplina e da educação pela cidadania. [...] Seremos sempre gratos, pois a PAZ não tem preço, tem luta e muita fé.

Considerações Finais

Essa operação marcou indubitavelmente um câmbio na mentalidade e execução da Política de Segurança Pública brasileira, pois até aquele momento o emprego das Forças Armadas no Brasil, depois da entrada em vigor da Constituição de 1988, só ocorria em ocasiões pontuais, particularmente para garantir a segurança de Cúpulas de Chefes de Estado e o bom funcionamento das eleições.

Em virtude do pioneirismo da operação, houve a preocupação de legitimar as ações militares, com a assinatura de acordos entre as esferas federal e estadual e com a expedição de diretrizes ministeriais que amparassem legalmente todos os militares envolvidos.

Cabe ressaltar um fato que teve influência no estabelecimento dos diversos acordos jurídicos no nível político-estratégico. O Sr. Nelson Jobim, então Ministro da Defesa, é um jurista de reconhecido prestígio, havendo exercido o cargo de Ministro da Justiça no governo anterior e, inclusive, sido membro do Supremo Tribunal Federal, mais alta corte judicial do Brasil. Obviamente seus conhecimentos na área facilitaram a negociação entre os poderes executivos federal e estadual para a obtenção do amparo legal que a operação requeria.

Nesse contexto, a tropa contava com a presença de uma assessoria jurídica que desempenhava as funções de uma Delegacia de Polícia Judiciária Militar para as ações relacionadas com o Direito Penal Militar e, ao mesmo tempo, servia de ligação junto aos membros da Polícia Civil, tanto das delegacias locais durante a 1ª fase, como da delegacia constituída especificamente para apoiar as ações da Força de Pacificação (que funcionava dentro

da base do Comando da Operação) na 2ª fase.

Há que ressaltar também que as atividades desenvolvidas pela F Pac ocorreram em uma situação de normalidade institucional e todas as ações foram desencadeadas com a total observância dos preceitos legais vigentes no país.

No nível tático, as preocupações existentes quanto ao risco que implicava o emprego de tropas militares preparadas para o combate nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro não se concretizaram. Durante os 87 dias de operação, não houve incidentes de grande relevância.

Soma-se a isso a perfeita aplicação do princípio estratégico da “massa” na operação — o enfrentamento ocorrido na primeira madrugada da operação, na qual dois delinquentes foram feridos ao tentarem romper o bloqueio estabelecido, foi chave para evitar tentativas posteriores de confrontação por parte dos criminosos. Nesse contexto, cinco ex-traficantes admitiram, em 20/07/2012, ao jornal *O Globo*²⁴ que não reagiram nas primeiras horas da ocupação devido à pressão de seus familiares, que ficaram impressionados com o poderio das forças legais, em particular porque estava presente a “Brigada de Infantaria Paraquedista, a mais famosa tropa especial das Forças Armadas”²⁵.

Situação semelhante ocorreu por ocasião das festas de fim de ano 2010/2011, na qual não foram registrados incidentes graças ao emprego maciço de pessoal e de meios nas ruas durante toda a madrugada.

Além disso, deve-se realçar que o desempenho bem-sucedido dos militares da Brigada Paraquedista se deve, em parte, à experiência de seus integrantes em missões de paz sob a égide das Nações Unidas, particularmente no Haiti, e ao preparo diuturno de seus membros como integrantes de uma das Forças de Ação Rápida do Exército Brasileiro.

Finda a participação da Brigada Paraquedista, outras Grandes Unidades do Exército se revezaram (com turnos a cada três meses) no controle da área até 28/6/2012, quando o Governo do Estado do Rio de Janeiro completou a instalação das últimas UPP (de um total de oito) nos dois complexos. Ao longo de seus dezenove meses de duração, 8.764 militares participaram dessa ocupação e, segundo o atual Ministro da Defesa, Sr. Celso Amorim: “esse trabalho encheu de alegria toda a população brasileira, que pôde assistir um exemplo de dedicação, de devoção à causa pública”²⁶. **MR**

REFERÊNCIAS

1. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa do Brasil*. Primeira edição (2008).
2. O Brasil alcançou em 2012 o menor nível de desigualdade desde 1960, segundo o *Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas* (CPS/FGV). O índice de *Gini* caiu 2,1% de 2011 a 2012, chegando a 0,5190 conforme o artigo “Brasil atinge menor nível de desigualdade social desde 1960” escrito por Mariana Durão no jornal *Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-atinge-menor-nivel-de-desigualdade-social-desde-1960,105210,0.htm>. Acesso em: 12 out. 2012.
3. Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2012.
4. Disponível em: <http://www.cni.org.br>. Acesso em: 13 out. 2012.
5. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2012.
6. “Rio contra o crime”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/>. Acesso em: 10 out. 2012.
7. Constituição da República Federativa de Brasil de 1988.
8. *Ibid*.
9. *Ibid*.
10. Professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em pobreza e violências, atuando

- principalmente nos seguintes temas: pobreza urbana, violências, tráfico de drogas, cidadania, juventude, gênero e políticas públicas. É autora do artigo “Democratização inacabada: fracasso da segurança pública”, publicado em 2007 pela Revista Estudos Avançados, v. 21, n. 61, p. 31-49.
11. Professor da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e da Universidade Cândido Mendes - Ipanema. É autor do artigo “El crimen organizado en Brasil: Tendencias del control penal”, publicado em 2000 pela *Revista Nueva Sociedad*, nº 167, p. 99-113.
 12. Sociólogo com estudos de pós-graduação nas universidades de York (Canadá) e Brandeis (Boston). Vice-Ministro de Bem-estar do Brasil (1986-7), desde 1998 é Coordenador do Projeto de Controle de Armas de Fogo da Organização “Viva Rio”. É autor do artigo “El crimen organizado en Brasil”, publicado em 2009 pela FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), Brasil, *Série Estudos e Ensaíos*.
 13. RANGEL BANDEIRA, Antonio (2009). “El crimen organizado en Brasil”. FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), Brasil, *Série Estudos e Ensaíos* - junio de 2009, p. 9
 14. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa do Brasil*.
 15. Diplomata e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).
 16. “Segurança pública piora e sociedade pressiona”. Revista do Senado *Em discussão*, nº 10, p. 58.

17. Ibid.

18. General de Brigada da Reserva, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e ex-Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.

19. "Participação no combate ao crime preocupa especialistas". Revista do Senado *Em discussão*, nº 10, p. 57

20. COSTA, Mariana; MONKEN, Mario Hugo (2010). "Apreensão de armas e drogas no Alemão é a maior da história no Rio, diz PM". Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/apreensao-de-armas-e-drogas-no-alemao-e-a-maior-da-historia-no-rio-diz-pm-20101128.html>. Acesso em: 13 out. 2012.

21. "Paes: 28 de novembro será o 'dia da refundação do Rio'". Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/veja-acompanha/tag/ataques-no-rio/>. Acesso em: 10 out. 2012.

22. Ator brasileiro famoso por suas atuações nas telenovelas da "Rede Globo de Televisão" (canal de TV mais importante do Brasil). Mantém há muitos anos um circo, no qual ele próprio costuma atuar; também

possui uma escola para formar artistas circenses.

23. Palavras retiradas de um *e-mail* enviado ao Oficial de Comunicação Social da Brigada Paraquedista em 17/01/2011.

24. WERNECK, Antonio (2012) "Ex-trafficantes do Alemão e da Penha relatam momentos antes da pacificação". Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ex-trafficantes-do-alemao-da-penha-relatam-momentos-antes-da-pacificacao-5531323>. Acesso em: 11 out. 2012.

25. OTAVIO, Chico (2010). "Penetramos na disputada Brigada de Infantaria Paraquedista". Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/penetramos-na-disputada-brigada-de-infantaria-paraquedista-que-tera-sede-mudada-do-rio-para-3030178>. Acesso em: 14 out. 2012.

26. Revista *Forças Armadas*. "Trabalho do Exército no Complexo do Alemão é exemplo de devoção à causa pública, diz Amorim". Disponível em: <http://www.revistaforcasarmadas.com.br/revista/estrutura/trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alem-o-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica-diz-amorim>. Acesso em: 10 out. 2012.